



**Estado de Mato Grosso**  
**Câmara Municipal de Colíder**  
**“Plenário das Deliberações”**

<b>PROTOCOLADO</b>  Sob. Nº <u>1283</u> / 2023  Em, <u>18</u> / <u>09</u> / 2023  _____ <b>1ª Secretário/a</b>	<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><b>Projeto de Lei</b></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><b>Projeto Decreto Legislativo</b></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><b>Projeto de Resolução</b></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><b>Requerimento</b></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><b>Indicação</b></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><b>Moção</b></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><b>Emenda</b></td></tr></table>	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Projeto de Lei</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Projeto Decreto Legislativo</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Projeto de Resolução</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Requerimento</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Indicação</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Moção</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Emenda</b>	<b>Nº 191/2023</b>
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Projeto de Lei</b>															
<input type="checkbox"/>	<b>Projeto Decreto Legislativo</b>															
<input type="checkbox"/>	<b>Projeto de Resolução</b>															
<input type="checkbox"/>	<b>Requerimento</b>															
<input type="checkbox"/>	<b>Indicação</b>															
<input type="checkbox"/>	<b>Moção</b>															
<input type="checkbox"/>	<b>Emenda</b>															
<b>Autoria: Vereador Adriano Santos - PSC e/</b>																

**APPROVADO**  
**AO EXPEDIENTE**

**Sala das Sessões** 25 / 09 / 2023

**1º Secretário**

A CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Solar formulada e executada como forma de desenvolver e ampliar a geração de energia fotovoltaica além de diminuir o custo de instalação e produção dessa matriz energética para pessoas físicas e jurídicas no âmbito do município de Colíder - MT.

**Art. 2º** - São objetivos da Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Solar dispostos nessa Lei:

I - estimular o desenvolvimento de uma fonte de energia renovável e disponível em grande escala e de baixo impacto ambiental, como forma de diminuir a dependência de fontes de energia com alto impacto como Usinas Hidrelétricas UHEs, PCHs e Usinas de matriz de combustíveis fósseis;

II - fomentar a geração de energia fotovoltaica;

“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

III - criar alternativas de emprego e renda nesse mercado; e

IV - diminuir o custo de toda a cadeia produtiva do setor.

**Art. 3º** - Na implementação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Solar instituída por esta Lei, poderá o Poder Executivo Municipal:

I - apoiar a implantação e o desenvolvimento de projetos que contemplem como fonte subsidiária de energia a utilização de equipamentos de geração de energia solar;

II - estimular atividades utilizando fonte de energia fotovoltaica;

III - estimular parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de estimular a expansão da capacidade geradora de energia fotovoltaica no comércio e nas residências;

IV - criar mecanismos para facilitar o fomento do uso e a comercialização dos produtos que compõem a cadeia produtiva do mercado de energia fotovoltaica;

V - promover através de campanhas educativas o incentivo de microgeração de energia elétrica através de sistema fotovoltaico de geração de energia; e

**Art. 4º** - Para fins dessa Lei considera-se:

I - energia solar fotovoltaica, a energia gerada a partir da conversão da radiação solar em eletricidade através de painéis solares;

II - microgeração de energia solar, a central fotovoltaica com potência menor ou igual a 75 KW (quilowatts);

III - minigeração de energia solar, a central fotovoltaica com potência superior a 75 KW (quilowatts) e menor ou igual a 5 MW (megawatts); e

IV - parque solar ou usina solar de grande porte, a usina solar com capacidade superior a 20MW (megawatts).

**Art. 5º** - A Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Solar será gerenciada observando:

I - o planejamento e a coordenação das políticas de incentivo, priorizando áreas com dificuldade ou falta de energia elétrica;

II - a definição de viabilidade técnica e econômica dos projetos;

III - a busca de parcerias com entidades públicas e privadas para desenvolver a produção e incentivar a utilização da energia solar; e

IV - a viabilização de espaços públicos em parceria com a iniciativa privada, destinados à exposição e à divulgação dos benefícios da energia fotovoltaica buscando o seu desenvolvimento.

**Art. 6º** - O Poder Executivo poderá, verificada a viabilidade e interesse público, instalar sistema de geração fotovoltaico:

I - na construção e/ou reforma de unidades habitacionais que contam com recursos financeiros do Município;

II - na implantação ou ampliação de projetos financiados pelo Município;

III - na iluminação pública municipal; e

IV - em parques públicos municipais cuja estrutura tenha capacidade de receber o sistema e o projeto seja previamente aprovado pelos órgãos ambientais responsáveis.

**Art. 7º** - Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18/09/2023

  
Vereador ADRIANO SANTOS  
PSC



## JUSTIFICATIVA

Senhor presidente,

Senhores/as Vereadores/as,

Sabemos que política em prol do meio ambiente é expressivamente crescente, diante da real necessidade de preservação para o bem do planeta Terra, da população ou melhor dizendo, da própria humanidade. Todos nós já estamos sofrendo as consequências das alterações climáticas e pensando nessa e outras situações, é que resolvemos apresentar neste Parlamento, o projeto de Lei que: “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Por entender que podemos somar com essa forte política ambiental, criando meios de incentivo e/ou estímulo a fim produzir bens e serviços de forma mais sustentável possível.

Temos a consciência que, se colocado em prática tal matéria, com certeza, estaremos estimulando o desenvolvimento de uma fonte de energia renovável e disponível em grande escala e de baixo impacto ambiental, tratando-se de uma fonte de energia limpa, renovável e abundante. Estas são as principais vantagens da energia solar, que pode levar eletricidade e sustentabilidade em diversas localidades, independentes da distância.

Contudo, é importante para o cumprimento desta legislação, que o Poder Executivo, faça a sua parte no que diz respeito ao apoio, a implantação e o desenvolvimento de projetos que contemplem como fonte subsidiária de energia a utilização de equipamentos de geração de energia solar; estimular atividades utilizando energia fotovoltaica, bem com, promover campanhas educativas sobre energia solar. Podendo ainda, como exemplo, observado o fator da viabilidade econômica, instalar equipamentos de energia solar nos prédios públicos da administração direta ou indireta, e nas futuras unidades habitacionais.

Isto posto, esperamos contar com o valioso aval dos nobres Pares, para a aprovação de tão nobre proposta, vez que na prática desta, estaremos ajudando o meio ambiente.

  
Vereador ADRIANO SANTOS  
PSC



ESTADO DO MATO GROSSO

**CÂMARA DE COLÍDER**

LEGISLANDO COM UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

## **PARECER JURÍDICO Nº 191/2023**

**ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 191/2023**

**AUTORA: PODER EXECUTIVO**

**INTERESSADO: CÂM. DE VEREADORES**

**SÚMULA:** “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Por deliberação do Ilustre Presidente desta Casa Legislativa, cumpre a esta Assessoria Jurídica exarar Parecer acerca do Projeto de Lei nº 191/2023, que: “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A presente matéria tem como escopo a busca por fontes de energia renováveis, garantindo a diminuição dos valores pagos mensalmente com energia.

Cabe ressaltar que o presente projeto busca ampliar a geração de energia fotovoltaica além de diminuir o custo de instalação e produção dessa matriz energética.



Primeiramente cumpre salientar que a Constituição Federal estabelece no artigo 30, inciso I, que é competência privativa do prefeito municipal legislar sobre assunto de interesse local.

Destarte, verifica-se que a proposição legislativa em comento atende aos requisitos legais, não existindo nenhum vício que impeça seu regular trâmite.

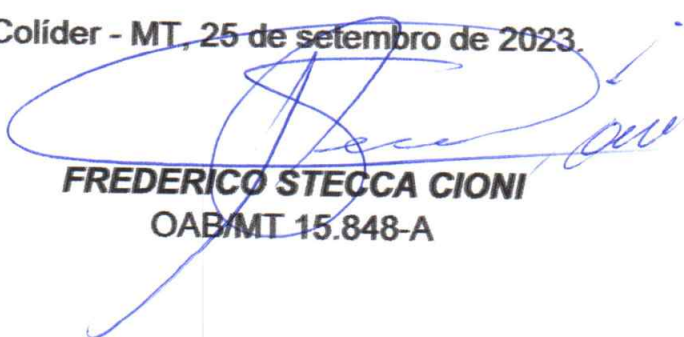
Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa, servindo apenas como norte para o voto dos Edis. Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.

Ademais, restou delimitado que a matéria será concedida mediante haver manifesto interesse público, cabendo discricionariamente ao Poder Executivo a decisão. Deste modo, os dispositivos trazidos em seu bojo não confrontam com a legislação em vigor, de forma que acobertados pela constitucionalidade.

Desta forma, não encontrando qualquer mácula de ordem formal, legal e constitucional tenho comigo que o Projeto de Lei deve ser processado na forma regimental, com sua baixa junto às Comissões Permanentes desta Casa Legislativa para que se manifestem a respeito e, em sendo os pareceres favoráveis, a proposta legislativa deverá ser enviada ao Plenário para ser discutida e votada.

É o Parecer. S.M.J.

Colíder - MT, 25 de setembro de 2023.

  
**FREDERICO STECCA CIONI**  
OAB/MT 15.848-A



ESTADO DO MATO GROSSO

**CÂMARA DE COLÍDER**

LEGISLANDO COM UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Projeto de Lei nº. 191/2023

Autor: Vereador Adriano Santos – PSC

**SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

### **PARECER,**

Analisando o Projeto de Lei acima especificado, seu aspecto jurídico constitucional, observado o competente Parecer da Assessoria Jurídica deste Legislativo, esta Comissão resolve manifestar Parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

É o parecer sub censura.

Colíder-MT.,        /        /2023.

  
**Presidente – Ver<sup>a</sup>. Maria Helena**

  
**Vice-presidente –**

  
**Relator – Ver. Alencar Pereira**



ESTADO DO MATO GROSSO

**CÂMARA DE COLÍDER**

LEGISLANDO COM UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E**  
**FISCALIZAÇÃO**

**Projeto de Lei nº. 191/2023**

**Autor: Vereador Adriano Santos – PSC**

**SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE  
INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA  
SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**PARECER,**

Analizando o Projeto de Lei nº. 191/2023, que apresenta aspecto financeiro, orçamentário e de fiscalização, comungando, portanto com o inciso XII do Art. 23 do Regimento Interno deste Parlamento, e não havendo impedimento de ordem jurídica, esta Comissão manifesta parecer **favorável à sua tramitação.**

É o parecer sub censura.

Colíder-MT.,        /        /2023.

**Presidente – Ver. Euler Borges**

**Vice-presidente –**

**Relatora – Ver.ª Maria Helena**





ESTADO DO MATO GROSSO

**CÂMARA DE COLIDER**

LEGISLANDO COM UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

## **COMISSÃO DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA** **MUNICIPAL**

Projeto de Lei nº. 191/2023

Autor: Vereador Adriano Santos – PSC

**SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

### **PARECER,**

Analisando o Projeto de Lei acima especificado, que em seu aspecto retrata quesitos que se relacionam com o inciso XIII do Art. 23 do Regimento Interno da Casa, e não havendo impedimento de ordem jurídica, esta Comissão manifesta **Parecer Favorável à sua tramitação.**

É o parecer sub censura.

Colider-MT.,        /        /2023.

  
**Presidente – Ver. Alencar Pereira**

  
**Vice-presidente –**

  
**Relator - Ver. Luiz Fiscal**



ESTADO DO MATO GROSSO

**CÂMARA DE COLIDER**

LEGISLANDO COM UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE**

Projeto de Lei nº. 191/2023

Autor: Vereador Adriano Santos – PSC

**SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVO  
AO DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

### **PARECER,**


Analizando o Projeto de Lei acima especificado, que seu conteúdo apresenta um tema que coaduna com itens constantes no inciso XIV do Art.23 do Regimento Interno desta augusta Casa Legislativa, e não havendo contrariedade de ordem jurídica, esta Comissão manifesta votos e Parecer favorável à sua tramitação.

É o parecer sub censura.

Colíder-MT.,        /        /2023.

  
**Ver.ª. Maria Helena**  
**Presidente**

  
**Vice-presidente**

  
**Ver. Euler Borges**  
**Relator**